



TERMO DE REFERÊNCIA – Lei nº 14.133/2021
BENS DE CONSUMO/PERMANENTE
Processo Administrativo nº SEMA-PRO-2023/04918

Termo de Referência nº 014/2023/SEMA

Órgão: SEMA-MT

Número da Unidade Orçamentária: 27101

Unidade Administrativa Demandante: Gerência do Laboratório

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Acessórios de medidor multiparâmetro HACH, para atender as demandas da Gerência do Laboratório da SEMA-MT, nos termos da tabela abaixo, na qual também estão indicados os valores unitários e o valor global, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM/ LOTE	CÓDIGO SIAG	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1109497	MEDIDOR MULTIPARÂMETRO PORTÁTIL (APENAS O MEDIDOR) COM 1 ENTRADA PARA SONDA, PODE MEDIR PH/MV/ORP, TEMPERATURA, OXIGÊNIO DISSOLVIDO, CONDUTIVIDADE/TDS/RESISTIVIDADE/SALINIDADE E ÍONS SELETIVOS. COMPATÍVEL COM O ELETRODO DBO LBOD INTELICAL COM AGITADOR. SIMILAR AO CÓDIGO LEV015.97.4100A. UNIDADE.	UNIDADE	01	R\$ 13.849,99	R\$ 13.849,99
2	1109710	SUPORTE BANCADA E ALÇA DE MÃO COMPATÍVEL COM MEDIDOR MULTIPARÂMETRO HQ PORTÁTIL. SIMILAR AO CÓDIGO LEZ015.99.A003A	UNIDADE	01	R\$ 521,41	R\$ 521,41
VALOR TOTAL GLOBAL: R\$ 14.371,40						

1.2. O contratante declara que o objeto desta contratação não se enquadra na definição de bem de luxo, conforme Decreto Estadual nº 1.525/2022.

1.3. Os custos estimados foram determinados conforme pesquisa de preços realizada na forma do Decreto Estadual nº 1.525/2022 e juntada a este processo administrativo.

1.3.1 Foi realizada a pesquisa direta por meio de e-mail a uma única empresa, a Hexis Científica Ltda, pois os acessórios solicitados são comercializados por esta subsidiária, que detém a Carta de Exclusividade da marca para comercializar, tratar questões de garantia, assinar contratos e oferecer assistência pós-venda em relação a produtos fornecidos pela HACH Company no Brasil.





1.4 O quantitativo a ser adquirido foi dimensionado com base no número de equipamentos do Laboratório e ao aumento da demanda, com a incorporação de pontos a serem coletados e analisados, em especial o parâmetro de DBO, para o monitoramento das metas progressivas dos corpos hídricos que foram enquadrados e publicados nas Resoluções CEHIDRO, com base no Plano de Recursos Hídricos das Unidades de Planejamento e Gerenciamento Alto Paraguai Médio e Alto Paraguai Superior - UPGs P2 e P3: proposta de Enquadramento e Programa de Efetivação, publicado pela SEMA em 2022.

1.4.1 De acordo com este documento, o Laboratório da SEMA será responsável pelo monitoramento das metas progressivas dos corpos hídricos que foram enquadrados e publicados nas Resoluções CEHIDRO n° 68/2014, n° 69/2014, n° 70/2014, n° 71/2014 e n° 72/2014. Nesta proposta seriam incorporados mais de 140 pontos na rede de monitoramento da SEMA, sendo que no segundo semestre de 2023, há previsão de serem coletadas amostras dos vinte primeiros pontos. Os demais pontos seriam incorporados à rede da Sema nos próximos anos

1.4.2 O Laboratório dispõe de apenas um Medidor Portátil HQ30d (RP 00070364), da marca HACH adquirido em 04/01/2010, para a finalidade de realizar as leituras da Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO), pelo método da luminescência.

1.5. Os bens objeto desta contratação podem ser caracterizados como comuns, uma vez que a descrição do equipamento pode ser definida objetivamente no edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.6. A categoria de despesa do objeto a ser contratado enquadra-se em:

1.6.1 (X) Bens Permanentes (patrimoniáveis)

1.6.2 () Bens de Consumo (não patrimoniáveis)

1.6.3 () Equipamento de Apoio

1.6.4 () Equipamento de TI

2. VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

2.1. Por se tratar de contratação de objeto com entrega parcela única, não haverá contrato.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação é necessária para que a equipe do Laboratório possa utilizar o medidor portátil (display) quando o equipamento utilizado no Laboratório estiver indisponível para uso, ou seja, quando estiver em manutenção preventiva ou corretiva.

3.2. O medidor portátil (display) a ser adquirido é utilizado nas leituras e registros dos resultados da Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO). Este parâmetro mede a quantidade de oxigênio consumida por microrganismos presentes em uma determinada amostra de efluente ou corpo d'água. Esta análise é muito importante no cálculo do Índice de Qualidade das Águas (IQA), que é um dos parâmetros adotados pela Agência Nacional de Águas (ANA) para verificar a qualidade de um corpo d'água. Os dados coletados e analisados pelo Laboratório da SEMA são encaminhados à ANA para serem incorporados no Relatório Nacional de Conjuntura dos Recursos Hídricos, que é um importante apoio para a avaliação do grau de implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e da Política Nacional de Recursos Hídricos¹.

¹ Política Nacional de Recursos Hídricos. Disponível em: <https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/gestao-das-aguas/politica-nacional-de-recursos-hidricos>. Acesso em: 17/04/2023.

Termo de Referência – Produtos – Lei nº 14.133/2021
Atualização: março/2023





- 3.3. Além de atender a Rede Hidrológica Básica e a Rede Nacional de Monitoramento da Qualidade da Água (RNQA), a determinação de DBO é importante para atender às solicitações do Ministério Público, da Perícia Oficial e Identificação Técnica (POLITEC), da Agência Nacional de Águas (ANA) e da Fiscalização da SEMA.
- 3.4. Nestes próximos anos, o Laboratório da SEMA também será responsável pelo monitoramento das metas progressivas dos corpos hídricos que foram enquadrados e publicados nas Resoluções CEHIDRO n° 68/2014, n° 69/2014, n° 70/2014, n° 71/2014 e n° 72/2014, de acordo com o Plano de Recursos Hídricos das Unidades de Planejamento e Gerenciamento Alto Paraguai Médio e Alto Paraguai Superior – Proposta de Enquadramento e Programa de Efetivação, publicado pela SEMA em 2022. Nesta proposta seriam incorporados mais de 140 pontos na rede de monitoramento da SEMA, sendo que no segundo semestre de 2023, há previsão de serem coletadas amostras dos vinte primeiros pontos. Os demais pontos seriam incorporados à rede da Sema nos próximos anos. Nestes pontos de monitoramento, a Proposta de Enquadramento prevê os resultados obtidos das concentrações de, principalmente, do parâmetro de DBO.
- 3.5. A aquisição do Suporte seria para acondicionar o medidor HQ portátil na bancada, com vistas a facilitar o manuseio, as leituras e os registros dos dados. Este suporte deve ser compatível com o medidor portátil citado no item I deste TR “Condições Gerais da Contratação”.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 4.1. A solução a ser contratada consiste na aquisição de somente o medidor portátil (display) compatível com o Eletrodo DBO LBOD INTELICAL com agitador, similar ao código LEV015.97.4100A da marca HACH, uma vez que é um equipamento de qualidade, que atende aos resultados esperados e às expectativas do Laboratório.
- 4.2. O modelo HQ30d, atualmente utilizado no Laboratório, não é mais comercializado e, segundo o representante da empresa, o modelo atual é o HQ4100 ou HQ4200, que são medidores multiparâmetros portáteis; a diferença é que o primeiro possui apenas uma porta de entrada, já, o segundo, possui duas portas de entradas de eletrodos para leitura simultânea.
- 4.3. Optou-se por adquirir o HQ4100, pois será utilizada apenas uma porta para o eletrodo DBO LBOD (compatível com este equipamento). Trata-se de um equipamento que possui várias funções, dentre elas, a medição do Oxigênio Dissolvido, que é um parâmetro importante na leitura da DBO. Este display, juntamente com o eletrodo LBOD possibilita a determinação da DBO via método de luminescência.
- 4.4. Também, havia a possibilidade de adquirir o medidor HQ440D, que é próprio a ser utilizado na bancada (no Laboratório), ao contrário dos modelos HQ4100 e HQ200, que são ambos portáteis (a serem utilizados a campo). De acordo com o representante da Hexis, os custos para manutenções preventivas/calibrações e cuidados dos modelos portáteis e de bancada são os mesmos, bem como todos são robustos, resistentes, práticos e intuitivos. Algumas diferenças são o grau de proteção por exemplo (IP67 x IP54), o tamanho do display e armazenamento.
- 4.5. Pelo fato de serem semelhantes e terem custos de manutenções parecidos, e da possibilidade do medidor HQ4100 ser utilizado, também, no Laboratório, optou-se por este medidor portátil (HQ4100), em virtude do valor, que é inferior ao modelo de bancada.
- 4.6. Trata-se de um medidor multiparametros portátil série HQ com 1 entrada para sonda, pode medir pH/mV/ORP, Temperatura, oxigênio dissolvido,

Termo de Referência – Produtos – Lei nº 14.133/2021
Atualização: março/2023



Assinado com senha por ANA CLAUDIA DOMINGUES CASULARI DA MOTTA - ANALISTA DE MEIO AMBIENTE L 10083/2014 / CMAA - 27/04/2023 às 13:52:09, ELISANGELA NASCIMENTO NOGUEIRA - Gerente de Laboratório / GLAB - 27/04/2023 às 13:59:09, VALDINEI VALERIO DA SILVA - Ordenador de Despesa / GSAAS - 27/04/2023 às 15:21:51, SERGIO BÁTISTA DE FIGUEIREDO - Coordenador de Monitoramento da Água e do Ar / CMAA - 27/04/2023 às 15:34:09 e ALEX SANDRO ANTONIO MAREGA - Secretário Adjunto Executivo / GSAE - 28/04/2023 às 14:42:54.
Documento Nº: 8439608-5308 - consulta à autenticidade em <https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8439608-5308>



SEMADIC202315642A



condutividade/TDS/Resistividade/Salinidade e íons seletivos como Sódio, Amônia, Amônio, Nitrato, Fluoreto e Cloreto. Quando conectados com sondas IntelliCAL Plug & Play, o medidor reconhece automaticamente o tipo de sonda que está conectada a ele, as sondas armazenam histórico de calibração por isso não há necessidade de calibrar o equipamento a todo momento, o equipamento emite um alerta de calibração para calibrar somente quando necessário, além disso cada sonda tem um número de série exclusivo, a identificação do usuário, amostra, a data e hora de todas as leituras facilitando o gerenciamento dos dados, obtendo um inventário completo dos resultados. Especificações: - Menu intuitivo e de fácil navegação - Sistema de senhas de acesso para controle de supervisão. - Possui armazenamento de dados internos para até 100.000 resultados - Desligamento automático ajustável para economia das baterias. - Indicativo permanente na tela principal do status da calibração do eletrodo - Tela de 3.5 polegadas colorida em Led de alto contraste, para enxergar até no sol, - Saída USB construída no equipamento, sem necessidade de adaptador, para recarregar a bateria e exportar dados. - Possui função de filtros nos dados para facilitar a busca dos resultados por data ou parâmetro - Possui Bluetooth para conectar ao software Claros (adquirido a parte) - Guia de calibração e resolução de problemas no próprio equipamento com imagens e instruções claras - Proteção IP67, incluindo compartimento de baterias, a prova de água para 1 m por 30 min. - Alimentação: Bateria de íon de lítio de 3400 mAh ou eliminador de baterias (incluso) - Duração da bateria: pelo menos 1 semana em uso normal (10 leituras/dia; 5 dias/semana no modo contínuo ou aperte para ler) - Condições de Operação: 0-60°C; 90% umidade relativa sem condensação - Atualizações de software disponíveis gratuitamente para download sempre que surgir uma versão nova - Garantia: 3 anos Acompanha: -Bateria de lítio recarregável, compartimento de bateria, chave de fenda, plugs do conector de sonda, plug da porta USB, Fonte bivolt, adaptador de tomada para o Brasil, Cabo USB 1m e manual de operação em português. -As sondas devem ser adquiridas separadamente. Acessórios opcionais (adquiridos a parte): -Capa protetora emborrachada: LEZ015.99.A004A -Apoio de bancada e alça de mão: LEZ015.99.A003A - Maleta de campo padrão (sondas até 3m): LEZ015.99.A001A -Maleta de campo robusta (sondas acima de 5m): LEZ015.99.A002A

5. FUNDAMENTAÇÃO PARA ESCOLHA DA MODALIDADE LICITATÓRIA

- 5.1. A modalidade licitatória adotada para a seleção do fornecedor será a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com adoção do critério de julgamento do preço estimado consistente em apresentação de notas fiscais emitidas pelo fornecedor para outros contratantes, públicos ou privados, contratos, empenhos, extratos contratuais e documentos equivalentes, emitidos no período de até 01 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços.
- 5.2. A Inexigibilidade de licitação será realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA), tendo em vista que as aquisições dos produtos em questão não estão listadas no rol do Art. 197 do Decreto Estadual nº 1.525/2022, e se trata de objeto específico que somente interessa à Gerência de Laboratório da SEMA.
- 5.3 Os produtos solicitados devem ser da marca HACH, uma vez que este medidor a ser adquirido é compatível com o Eletrodo DBO LBOD INTELICAL com agitador, similar ao código LEV015.97.4100A, também, da HACH. O Laboratório da SEMA já dispõe deste eletrodo.
- 5.4 A estimativa dos produtos a serem adquiridos foi baseada em pesquisa direta junto à empresa que detém a carta de exclusividade de comércio de produtos da marca HACH em território brasileiro.

Termo de Referência – Produtos – Lei nº 14.133/2021
Atualização: março/2023



Assinado com senha por ANA CLAUDIA DOMINGUES CASULARI DA MOTTA - ANALISTA DE MEIO AMBIENTE L 10083/2014 / CMAA - 27/04/2023 às 13:52:09, ELISANGELA NASCIMENTO NOGUEIRA - Gerente de Laboratório / GLAB - 27/04/2023 às 13:59:09, VALDINEI VALERIO DA SILVA - Ordenador de Despesa / GSAAS - 27/04/2023 às 15:21:51, SERGIO BÁTISTA DE FIGUEIREDO - Coordenador de Monitoramento da Água e do Ar / CMAA - 27/04/2023 às 15:34:09 e ALEX SANDRO ANTONIO MAREGA - Secretário Adjunto Executivo / GSAE - 28/04/2023 às 14:42:54.
Documento Nº: 8439608-5308 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8439608-5308>



SEMADIC202315642A



6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Sustentabilidade:

6.1.1. Deverão ser observadas, também, durante a execução dos serviços, as orientações dos programas do Administração Pública e normativos específicos voltados para as práticas sustentáveis, no que se refere ao cumprimento dos temas abaixo:

6.1.1.1. Economia de energia;

6.1.1.2. Economia em materiais plásticos descartáveis;

6.1.1.3. Economia de água

6.1.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, elaborado pela Consultoria-Geral da União em agosto de 2022.

6.1.2.1. Para a aquisição de equipamentos, aparelhos e instrumentos destinados ao controle de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, na atividade de comercialização de aparelhos e equipamentos importados de medida, teste e controle, conforme Anexo I da Instrução Normativa IBAMA n° 12, de 20/08/2021, só será admitida a oferta de produto cujo comerciante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Instrumentos de Defesa Ambiental, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso I, da Lei n° 6.938, de 1981 e da Instrução Normativa IBAMA n° 12, de 20/08/2021.

6.2. Indicação de marcas ou modelos (art. 41, inciso I, da Lei n° 14.133/2021):

6.2.1. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas neste Termo de Referência: marca HACH, modelo HQ4100 ou equivalente, de forma que seja compatível com o eletrodo DBO LBOD INTELLICAL com agitador, similar ao código LEV015.97.4100^a, por se tratar de inexigibilidade de licitação.

6.3. Amostra e/ou prova de conceito:

6.3.1 Na presente contratação não será exigida amostra e/ou prova de conceito, visto que o Laboratório já dispõe de equipamento similar.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. Prazo de execução

7.2. O prazo de entrega dos produtos será de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento formal da ordem de fornecimento do órgão ou entidade contratante.

7.3. Os produtos serão entregues no horário estipulado na Ordem de Fornecimento.

7.4. Caso o horário de expediente do contratante seja alterado por determinação legal ou imposição de circunstâncias supervenientes, deverá ser promovida adequação nos horários do fornecimento dos bens para atendimento da nova situação.

7.5. Havendo causa impeditiva para o cumprimento dos prazos, o contratado deverá apresentar justificativa ao contratante por escrito indicando o motivo e o prazo necessário para a execução, que por sua vez analisará e tomará as providências para a aceitação ou não das justificativas apresentadas.

7.6. Local de execução

7.7. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: **Gerência de Laboratório - Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA/MT) - Rua C s/nº, esquina com a**





Rua F. Palácio Paiaguás - Centro Político Administrativo – CEP: 78.049-913 - Cuiabá-MT. Telefone: (65) 3613-7294.

7.8. Forma de execução

- 7.9.** O contratado será responsável pelo transporte dos produtos até a sua entrega ao contratante no endereço e horário indicados.
- 7.10.** As embalagens dos produtos deverão ser acondicionadas conforme padrão do fabricante, devendo garantir a proteção durante o transporte e estocagem, bem como constar identificação dos produtos e demais informações exigidas na legislação em vigor.
- 7.11.** Os produtos deverão estar acondicionados em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, utilizando materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.
- 7.12.** A embalagem deve ser adequada à sua conservação e indicar marca, modelo e procedência do produto, bem como CNPJ, nome do fabricante, além de informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados e ainda sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.
- 7.13.** A entrega dos produtos não poderá ser efetuada de forma parcelada, devendo todos os produtos solicitados neste Termo de Referência serem entregues.
- 7.14.** Na entrega não será aceita troca de marca e fabricante dos produtos ofertados na proposta, salvo no caso previsto no art. 276 do Decreto Estadual nº 1.525/2022, hipótese na qual deverá ser previamente celebrado aditivo contratual.
- 7.15.** A entrega do produto ficará a cargo do contratado, devendo ser providenciada a mão de obra necessária.
- 7.16.** Os produtos deverão ser entregues em perfeitas condições, no prazo e locais indicados pelo contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhado da respectiva Nota Fiscal.
- 7.17.** Somente os produtos que estiverem em perfeitas condições serão aceitos e recebidos, caso algum produto sofra danos durante o transporte e ou não apresentem as condições ora estabelecidas, os mesmos serão rejeitados e devolvidos, ficando o fornecedor obrigado a substituí-los, sujeitando-se ainda às sanções previstas no Edital e na legislação pertinente, quando couber.
- 7.18.** Quaisquer produtos fornecidos que apresentem vícios ou defeitos de fabricação, serão devolvidos, comprometendo-se o contratado, por sua conta, a substituí-los por outros novos e em perfeito estado de utilização, de acordo com as especificações do Termo de Referência e seus anexos, sem que este fato acarrete qualquer ônus para o órgão ou entidade contratante.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 8.1.** O regime de execução contratual/instrumento equivalente, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega estão indicados nos itens 2 e 7 deste termo de referência.
- 8.2.** O modelo de gestão do contrato/instrumento equivalente envolve também a adoção das seguintes medidas:
- 8.2.1** Considerando que não haverá formalização de contrato por se tratar de aquisição por parcela única, as definições básicas da presente aquisição são as constantes nos demais itens deste Termo de Referência, bem como, na Ordem de fornecimento.





9. FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

- 9.1** O contrato/instrumento equivalente deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas do Decreto Estadual nº 1.525/2022 e da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 9.2** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato ou instrumento equivalente, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento.
- 9.3** A execução do contrato/ordem de fornecimento deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal (is) do contrato, ou, em caso de afastamentos legais, pelos respectivos substitutos.
- 9.4** Os gestores e fiscais de contrato/ordem de fornecimento devem ser previamente designados, por portaria geral ou específica, respeitadas as exigências do art. 308 do Decreto Estadual nº 1.525/2022, e cientificados de forma expressa, preferencialmente por meio eletrônico, bem como os titulares e substitutos, conforme § 4º do art. 308 do Decreto Estadual nº 1.525/2022.
- 9.5** Não obstante o contratado seja o único e exclusivo responsável pela execução do Contrato, o contratante reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre a execução do objeto contratado.
- 9.6** Para efeito de gestão dos contratos originados desta operação, quando for o caso, serão utilizadas as seguintes definições:
- 9.7 Gestor do Contrato** – Trata-se de servidor da unidade administrativa de controle ou equivalente, diretamente responsável pela disponibilização do bem às demais unidades administrativas do órgão ou entidade, devendo ser indicado em Contrato, sendo responsável por aplicar as ações estabelecidas no art. 14 do Decreto Estadual nº 1.525/2022, bem como:
- 9.7.1.** Aplicar todas as determinações e normas de conduta, acompanhamento e fiscalização de contrato previstas em manual de gerenciamento de contrato, caso houver, e aquelas decorrentes da legislação aplicável.
- 9.7.2.** Aplicar as orientações e determinações oriundas dos Órgãos de Controle Interno e Externo e as previstas nos instrumentos legais
- 9.8 Fiscal do Contrato** – Trata-se de agente público indicado pelo Gestor do Contrato, preferencialmente, entre servidores que preencham os requisitos técnicos-profissionais aplicáveis, sendo responsável por aplicar as ações estabelecidas no art. 15 do Decreto Estadual nº 1.525/2022, bem como:
- 9.8.1.** Prestar informações e esclarecimentos ao preposto do contratado, sempre que for preciso.
- 9.8.2.** Desempenhar com eficiência e zelo todas as atribuições a ele incumbidas na legislação aplicável, em especial aquelas indicadas no art. 312 do Decreto Estadual nº 1.525/2022.
- 9.9** A fiscalização deverá emitir informação ou relatório a respeito de todos os atos do contratado relativos à execução do Contrato ou instrumento equivalente, quando couber, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações, prorrogações e rescisão do Contrato;
- 9.10** A fiscalização deverá, em seu relatório de avaliação da qualidade dos bens, identificar e quantificar as ocorrências eventualmente praticadas pelo contratado no período de faturamento, com vistas a aplicar multas/glosas no pagamento da fatura.
- 9.11** Todas as ocorrências devem ser documentalmente comprovadas e anexadas ao Relatório a ser elaborado conforme estabelecido no art. 294 do Decreto Estadual nº 1.525/2022.
- 9.12** O Relatório é o ato administrativo que concretiza o recebimento provisório.





- 9.13** O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 9.14** A operacionalização e o controle da execução contratual deverão ser realizados por meio do Sistema de Aquisições Governamentais - Contratos, disponibilizado pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.
- 9.15** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
- 9.16** Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:
Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:
- I - Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;
 - II - Juntar aos autos todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, indicando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
 - III - Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada em desacordo com a execução do contrato, determinando prazo para a correção;
 - IV - Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
 - V - Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas previstas;
 - VI - Realizar a conferência de notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes, os documentos exigidos para o pagamento bem como verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada e, após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;
 - VII - Comunicar o gestor do contrato o término do contrato sob sua responsabilidade, inclusive nos casos de nova contratação ou prorrogação.
 - VIII - Acesso aos autos do contrato e da licitação que o antecedeu, sempre que solicitado, podendo solicitar cópia dos documentos necessários  fiscalização;
 - IX - Informar ao gestor do contrato, de ofício ou a requerimento, todas as ocorrências relevantes referentes à execução contratual, inclusive eventuais atrasos e descumprimentos, sugerir as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais;
 - X - Solicitar ao contratado os documentos exigidos para a prestação do serviço ou fornecimento do bem, a correção de falhas na execução contratual, inclusive cumprimento da legislação aplicável, substituição de produtos defeituosos ou repetição de serviços executados em desconformidade com as normas aplicáveis;
 - XI - Informar às autoridades competentes as ilegalidades e irregularidades que constatar;
 - XII - Elaborar relatório registrando as ocorrências sobre a prestação dos serviços referentes ao período de sua atuação quando do seu desligamento ou afastamento definitivo;
 - XIII - Receber cópias dos documentos essenciais da contratação pelo setor de contratos, a exemplo do ato convocatório e seus anexos, do contrato, da proposta da contratada/planilha de custos e

Termo de Referência – Produtos – Lei n 14.133/2021
Atualização: março/2023



Assinado com senha por ANA CLAUDIA DOMINGUES CASULARI DA MOTTA - ANALISTA DE MEIO AMBIENTE L 10083/2014 / CMAA - 27/04/2023 s 13:52:09, ELISANGELA NASCIMENTO NOGUEIRA - Gerente de Laboratório / GLAB - 27/04/2023 s 13:59:09, VALDINEI VALERIO DA SILVA - Ordenador de Despesa / GSAAS - 27/04/2023 s 15:21:51, SERGIO BÁTISTA DE FIGUEIREDO - Coordenador de Monitoramento da água e do Ar / CMAA - 27/04/2023 às 15:34:09 e ALEX SANDRO ANTONIO MAREGA - Secretário Adjunto Executivo / GSAE - 28/04/2023 s 14:42:54.
Documento N: 8439608-5308 - consulta  autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8439608-5308>



SEMADIC202315642A



formação de preços, da garantia, quando houver, e demais documentos indispensáveis à fiscalização.

10. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1. Recebimento provisório:

10.1.1. O recebimento provisório dar-se-á pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização (art. 140, inciso II, alínea “a” da Lei nº 14.133/2021), no ato da entrega dos bens, mediante Relatório, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato/ordem de fornecimento. Deverão, também, serem anexados os demais documentos que o responsável julgar necessário e, encontrando irregularidade, fixará prazo para correção. Sendo aprovado o recebimento, o responsável autorizará a emissão da NF

10.1.2. A fiscalização notificará o contratado para, se for o caso, no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, impugnar os apontamentos do Relatório ou emitir a Nota Fiscal/Fatura no valor apurado.

10.1.3. Na hipótese de o contratado apresentar impugnação ao Relatório, a fiscalização emitirá novo Relatório, no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, com a análise dos argumentos do contratado. O contratante realizará inspeção minuciosa de todos os bens entregues, com a finalidade de verificar a adequação dos bens, bem como constatar e relacionar as providências adicionais que se fizerem necessárias.

10.1.4. O relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato.

10.2. Recebimento definitivo:

10.2.1 Os bens serão **recebidos definitivamente** no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, por **servidor ou comissão** designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do produto e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo às seguintes diretrizes:

10.2.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao contratado, por escrito, as respectivas correções.

10.2.3 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos bens entregues, com base nos Relatórios e documentações apresentadas;

10.2.4 Realizar a aposição de assinatura nas vias do Documento Auxiliar da NF-e (Danfe) ou na Nota Fiscal, emitida pelo contratado para os bens fornecidos.

10.2.5 Na hipótese de irregularidade não sanada pelo contratado, a fiscalização reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à autoridade superior para procedimentos inerentes à apuração dos fatos e à aplicação das penalidades cabíveis.

10.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do produto nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, bem como não excluirá a responsabilidade pela garantia do(s) produto(s) por vícios ou disparidades em relação às especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se ao contratante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90.





11. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR

11.1. A apresentação dos documentos com o propósito de comprovar a habilitação será feita na forma do art. 138, § 1º do Decreto Estadual nº 1.525/2022.

11.2. A licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

11.2.1. Contrato ou estatuto social atualizado;

11.2.2. Documento de identidade do sócio administrador e procurador, se houver, com a procuração respectiva;

11.2.3. Prova de inexistência de fato impeditivo para licitar com a Administração Pública através de consulta ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS da Controladoria Geral da União.

11.2. Habilitação jurídica:

11.3.1. No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI, estatuto, ato constitutivo ou contrato social em vigor, devidamente registrado no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhados da documentação de seus administradores.

11.3.2. Cédula de Identidade ou documento equivalente (com foto) do representante legal da sociedade empresária licitante e/ou do procurador. O procurador deverá ainda apresentar o instrumento válido da procuração.

11.3.3. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI.

11.3.4. No caso de sociedade empresária estrangeira, portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

11.3.5. No caso de pessoa física, se elas forem autorizadas a participar do certame, cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

11.3.6. No caso de filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária, inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

11.3.7. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

11.3.8. Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.3.9. Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, no caso de Microempreendedor Individual.

11.3.10. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.





- 11.3.11.** No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.
- 11.3.12.** Ata ou documento equivalente de compromisso de constituição do Consórcio.
- 11.3.13.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.4. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

- 11.4.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.
- 11.4.2.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 11.4.3.** Prova de regularidade fiscal perante o Estado de Mato Grosso, o que deve ser providenciado mediante a apresentação de certidão emitida conjuntamente pela SEFAZ/MT e pela PGE/MT, na forma da Portaria Conjunta 008/2018-PGE/SEFAZ.
- 11.4.4.** Para as empresas sediadas em outras unidades da federação, deverá ser apresentada também prova de regularidade fiscal perante o Estado de domicílio ou sede do licitante, inclusive quanto a débitos inscritos em dívida ativa.
- 11.4.5.** Nos casos em que não for possível a certidão consolidada, será suficiente a CND específica para participar de licitações expedidas pelo órgão competente do respectivo domicílio tributário ou sede.
- 11.4.6.** Certidão de regularidade fiscal perante o Município de domicílio ou sede da licitante, inclusive quanto a débitos inscritos em dívida ativa.
- 11.4.7.** Prova de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- 11.4.8.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 11.4.9.** Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa, nos termos da lei de regência.
- 11.4.10.** No caso das microempresas e das empresas de pequeno porte, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, sem prejuízo da necessária apresentação de toda a documentação exigida, por ocasião da participação em certames licitatórios, mesmo que esta apresente alguma restrição, a elas aplicando-se os arts. 42 e seguintes da Lei Complementar nº 123/2006.

11.5. Habilitação econômico-financeira:

- 11.5.1.** Não haverá exigência de qualificação econômico-financeira por se tratar de aquisição por pronta entrega, em que não haverá obrigações futuras, a não ser as já cobertas pela legislação, mesmo em se tratando de emissão de instrumento equivalente ao contrato, que pode ser uma ordem de fornecimento.
- 11.6.** Não será exigida habilitação técnica nesta licitação, pois trata-se de objeto de menor complexidade de entrega imediata.

12. PARTICIPAÇÃO E BENEFÍCIOS DA MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

- 12.1** Não se aplica, contratação de empresa exclusiva.





13. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

13.1. Não será permitida a participação de consórcios, pois não se trata de objeto complexo e de grandes dimensões. E, dadas as características do mercado, as empresas podem, de forma isolada, participar da licitação, atender às condições e os requisitos de habilitação previstos neste Termo de Referência, e posteriormente executar o objeto. A vedação à participação de consórcio, nesta situação, não acarretará prejuízo à competitividade do certame, e facilitará a análise dos documentos de habilitação, que certamente são mais complexos em se tratando de empresas reunidas em consórcio.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Unidade Orçamentária	Ação (PAOE)	Categoria/Grupo de Despesa	Região	Fonte de Despesa	Classificação/Elemento da despesa	Valor
27101	2023	Bens permanentes (duráveis/ não duráveis)	0600	1.708.0001	4.4.90.52.035	R\$ 14.371,40
Total 2023						R\$ 14.371,40

15. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

15.1 O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

15.2 O contratado deverá fornecer o(s) bem(ns) em excelente(s) condições de uso;

15.3 Caso o bem tenha validade indeterminada, deverá o contratado fornecê-lo com no mínimo 01 (um) ano de fabricação.

15.4 A garantia será prestada com vistas a manter os produtos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o contratante.

15.5 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

15.6 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

15.7 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

15.8 Uma vez notificado, o contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo contratado ou pela assistência técnica autorizada.

15.9 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do contratado, aceita pelo contratante.

15.10 Na hipótese do subitem acima, o contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

Termo de Referência – Produtos – Lei nº 14.133/2021
Atualização: março/2023



Assinado com senha por ANA CLAUDIA DOMINGUES CASULARI DA MOTTA - ANALISTA DE MEIO AMBIENTE L 10083/2014 / CMAA - 27/04/2023 às 13:52:09, ELISANGELA NASCIMENTO NOGUEIRA - Gerente de Laboratório / GLAB - 27/04/2023 às 13:59:09, VALDINEI VALERIO DA SILVA - Ordenador de Despesa / GSAAS - 27/04/2023 às 15:21:51, SERGIO BÁTISTA DE FIGUEIREDO - Coordenador de Monitoramento da Água e do Ar / CMAA - 27/04/2023 às 15:34:09 e ALEX SANDRO ANTONIO MAREGA - Secretário Adjunto Executivo / GSAE - 28/04/2023 às 14:42:54.
Documento Nº: 8439608-5308 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8439608-5308>



SEMADIC202315642A



Governo do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE



- 15.11** Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do contratante ou a apresentação de justificativas pelo contratado, fica o contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 15.12** O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do contratado.
- 15.13** Todas as despesas que ocorrerem no período de garantia, tais como troca, conserto, substituição de peças, transporte, mão-de-obra e manutenção dos materiais, no caso de apresentar (em) imperfeição (ões), correrão por conta do contratado, não cabendo ao contratante quaisquer ônus.
- 15.14** A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

16 PAGAMENTO

- 16.1** Não haverá pagamento antecipado.
- 16.2** O pagamento será realizado de acordo com a execução do objeto do contrato, mediante emissão da respectiva Nota Fiscal devidamente atestada, e análise dos documentos que compõem o processo de pagamento.
- 16.2.1** As operações de vendas destinadas a Órgão Público da Administração Federal, Estadual e Municipal, deverão ser acobertadas por Nota Fiscal Eletrônica, conforme Protocolo ICMS 42/2009, regulamentado pelo Artigo 355, §6º do RICMS. Informações através do site www.sefaz.mt.gov.br/nfe.
- 16.3** Quanto à Nota Fiscal, é obrigatório que o contratado inclua as seguintes informações: faturamento para MATO GROSSO GOVERNO DO ESTADO – SEMA, CNPJ 03.507.415/0023-50, endereço: Rua C, S/N - Centro Político Administrativo, Cuiabá-MT, 78049-913, número do Contrato/Ordem de Fornecimento, descrição do objeto, número e nome do banco, agência para pagamento via ordem bancária.
- 16.3.1** As despesas bancárias decorrentes de transferência de valor (es) para outra (s) praça (s) será (ão) de responsabilidade do contratado.
- 16.4** O contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros, por intermédio da operação de “factoring”.
- 16.5** O pagamento será efetuado mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- 16.5.1** Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda da sede ou domicílio do credor e do Estado de Mato Grosso, abrangendo inclusive débitos inscritos em dívida ativa;
- 16.5.2** Prova de regularidade junto à Dívida Ativa do Estado, expedida pela Procuradoria-Geral do Estado da sede ou domicílio do credor e do Estado de Mato Grosso;
- 16.5.3** Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, em plena validade e relativa ao contratado;
- 16.5.4** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal e Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;
- 16.5.5** Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

Termo de Referência – Produtos – Lei nº 14.133/2021
Atualização: março/2023



Assinado com senha por ANA CLAUDIA DOMINGUES CASULARI DA MOTTA - ANALISTA DE MEIO AMBIENTE L 10083/2014 / CMAA - 27/04/2023 às 13:52:09, ELISANGELA NASCIMENTO NOGUEIRA - Gerente de Laboratório / GLAB - 27/04/2023 às 13:59:09, VALDINEI VALERIO DA SILVA - Ordenador de Despesa / GSAAS - 27/04/2023 às 15:21:51, SERGIO BÁTISTA DE FIGUEIREDO - Coordenador de Monitoramento da Água e do Ar / CMAA - 27/04/2023 às 15:34:09 e ALEX SANDRO ANTONIO MAREGA - Secretário Adjunto Executivo / GSAE - 28/04/2023 às 14:42:54.
Documento Nº: 8439608-5308 - consulta à autenticidade em <https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8439608-5308>



SEMADIC202315642A



- 16.5.6** Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal da sede ou domicílio do credor.
- 16.6** Sendo o caso, o contratante efetuará retenção na fonte de todos os tributos inerentes ao Contrato em questão.
- 16.7** O pagamento será efetuado pelo contratante em favor do contratado em até 30 dias, mediante ordem bancária a ser depositada em conta corrente, no valor correspondente, após a apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pela fiscalização do contratante.
- 16.8** O (s) pagamento (s) não realizado (s) dentro do prazo por eventos decorrentes do contratado, não será (ão) gerador (es) de direito a qualquer acréscimo financeiro;
- 16.9** Caso o atraso no pagamento seja motivado exclusivamente pelo contratante, o valor devido será corrigido pelo IPCA, conforme apuração desde a data prevista para o pagamento até a data de sua efetiva realização;
- 16.10** A efetivação dos pagamentos não isentará o contratado das suas responsabilidades e das suas obrigações contratuais, especialmente aquelas relacionadas à qualidade e à garantia dos produtos entregues.
- 16.11** Caso constatada alguma irregularidade ou incorreção na Nota Fiscal/Fatura, esta será devolvida ao contratado para as necessárias correções, acompanhada dos motivos que deram ensejo à sua rejeição, interrompendo-se o prazo para o pagamento, que começa a fluir somente a partir da data do protocolo da nova Nota Fiscal e demais documentos, devidamente corrigidos. O prazo somente voltará a fluir, desde o começo e de maneira integral, a partir da data do protocolo da nova Nota Fiscal e dos demais documentos exigíveis, devidamente corrigidos.
- 16.12** Constatando-se qualquer outra circunstância que desaconselha o pagamento, em razão de circunstância devidamente justificada e informada ao contratante, o prazo para pagamento ficará suspenso e voltará a partir da respectiva data de regularização.
- 16.13** Nos casos de aplicação de penalidade ao contratado, em virtude de inadimplência contratual, não serão efetuados pagamentos a esta, enquanto perdurar pendência de liquidação das respectivas obrigações.
- 16.14** As Notas Fiscais a serem pagas deverão sofrer desconto devido à aplicação de multas/glosas previstas no Contrato e já identificadas pela fiscalização.
- 16.15** O contratado deverá, durante toda a execução do Contrato, manter atualizada a vigência da garantia contratual.
- 17. REAJUSTE**
17.1 Não se aplica, **haja vista que não haverá contrato e a aquisição será em parcela única.**
- 18. CONTRATO**
18.1 O Termo de Contrato será substituído pela Ordem de Fornecimento, nos termos da legislação.
- 19. PREPOSTO**
19.1 Não há a necessidade de preposto por se tratar de uma aquisição de bens de consumo, sem contrato e entrega parcela única.
- 20. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**
a. Comparecer, quando convocado, para assinar ou para confirmar o recebimento, via e-mail, o Contrato/ordem de fornecimento e retirar a Nota de Empenho específica no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sendo o mesmo prazo para retirada da Ordem de Fornecimento.

Termo de Referência – Produtos – Lei nº 14.133/2021
Atualização: março/2023



Assinado com senha por ANA CLAUDIA DOMINGUES CASULARI DA MOTTA - ANALISTA DE MEIO AMBIENTE L 10083/2014 / CMAA - 27/04/2023 às 13:52:09, ELISANGELA NASCIMENTO NOGUEIRA - Gerente de Laboratório / GLAB - 27/04/2023 às 13:59:09, VALDINEI VALERIO DA SILVA - Ordenador de Despesa / GSAAS - 27/04/2023 às 15:21:51, SERGIO BÁTISTA DE FIGUEIREDO - Coordenador de Monitoramento da Água e do Ar / CMAA - 27/04/2023 às 15:34:09 e ALEX SANDRO ANTONIO MAREGA - Secretário Adjunto Executivo / GSAE - 28/04/2023 às 14:42:54.
Documento Nº: 8439608-5308 - consulta à autenticidade em <https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8439608-5308>



SEMADIC202315642A



Governo do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE



- b. Manter, durante toda a execução do Contrato/ordem de fornecimento, compatibilidade com as obrigações e as condições de habilitação exigidas na licitação;
- c. Fornecer os bens, nos termos, local, prazos, quantidades, qualidade e condições estabelecidas no Termo de Referência e no Contrato/ordem de fornecimento, de forma a garantir os melhores resultados.
- d. Os bens serão entregues de acordo com a necessidade do contratante, dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com a observância das recomendações técnicas aceitáveis, respectivas normas e legislação pertinentes.
- e. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento dos bens, inclusive considerando os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.
- f. Submeter ao contratante, previamente e por escrito, para análise e aprovação, qualquer mudança no método de entrega dos bens que fuja das especificações constantes no Termo de Referência e no Contrato/ordem de fornecimento.
- g. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- h. Empregar funcionários habilitados e com conhecimentos indispensáveis ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios essenciais à completa execução contratual, promovendo sua guarda, manutenção e substituição sempre que necessário.
 - i. Apresentar ao contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a entrega dos bens, os quais devem estar uniformizados, devidamente identificados por meio de crachá e, se necessário, com Equipamentos de Proteção Individual – EPI's.
 - ii. Otimizar a gestão de seus recursos humanos, com vistas à qualidade da entrega do produto e à satisfação do contratante.
 - iii. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do contratante, bem como as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências do contratante.
- i. Comunicar no prazo de até 02 (dois) dias úteis ao contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária, telefone, e-mail e outros julgáveis necessários para o recebimento de correspondência.
- j. Comunicar à fiscalização, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente no local de entrega dos bens que se verifique.
- k. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo contratante ou por seus responsáveis, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto.
- l. Permitir que o contratante, em qualquer momento, audite e avalie as entregas relacionadas ao objeto contratado, que deverá estar de acordo com as especificações do Contrato, em observância às obrigações pactuadas.
- m. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades contratadas, sem a prévia autorização do contratante.
- n. O contratado responsabilizar-se-á integralmente pela execução do objeto contratado, cumprindo as disposições legais que interfiram em sua execução, devendo para tal:

Termo de Referência – Produtos – Lei nº 14.133/2021
Atualização: março/2023



Assinado com senha por ANA CLAUDIA DOMINGUES CASULARI DA MOTTA - ANALISTA DE MEIO AMBIENTE L 10083/2014 / CMAA - 27/04/2023 às 13:52:09, ELISANGELA NASCIMENTO NOGUEIRA - Gerente de Laboratório / GLAB - 27/04/2023 às 13:59:09, VALDINEI VALERIO DA SILVA - Ordenador de Despesa / GSAAS - 27/04/2023 às 15:21:51, SERGIO BÁTISTA DE FIGUEIREDO - Coordenador de Monitoramento da Água e do Ar / CMAA - 27/04/2023 às 15:34:09 e ALEX SANDRO ANTONIO MAREGA - Secretário Adjunto Executivo / GSAE - 28/04/2023 às 14:42:54.
Documento Nº: 8439608-5308 - consulta à autenticidade em <https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8439608-5308>



SEMADIC202315642A



- i. Encarregar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração.
- ii. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e/ou morais causados ao contratante ou a terceiros, pela ação ou omissão dolosa ou culposa, de seus empregados, trabalhadores, prepostos, contratados ou representantes.
- iii. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos.
- iv. Responder civil e criminalmente pelos danos causados diretamente ou indiretamente ao contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a concomitante fiscalização realizada pelo contratante.
- v. Indenizar terceiros e/ou o contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o contratado adotar as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes.
- vi. Responder por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados e prepostos, quando nas dependências do contratante, ou em qualquer outro local onde estejam executando o objeto contratado, devendo adotar as providências que, a respeito, exigir a legislação em vigor.
- vii. Responder a qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência da execução do Contrato/ordem de fornecimento, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o contratante de qualquer solidariedade ou responsabilidade.
- o. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da solicitação formal do contratante, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, bem como quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- p. Emitir Nota Fiscal, discriminando os produtos entregues no período, de acordo com a especificação constante no item 02 do Termo de Referência.
- q. Atender as demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº.14.133/2021, Decreto Estadual nº 1.525/2022 e Instrução Normativa nº 01/2020/SEPLAG/MT e suas respectivas alterações.

21. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- a. Designar, servidor(es) ao qual (is) caberá (ão) a responsabilidade de acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do Contrato, conforme legislação vigente.
- b. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinente para o bom cumprimento do objeto.
- c. Fornecer ao contratado todos os elementos e dados necessários à perfeita execução do objeto contratado, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou

Termo de Referência – Produtos – Lei nº 14.133/2021
Atualização: março/2023



Assinado com senha por ANA CLAUDIA DOMINGUES CASULARI DA MOTTA - ANALISTA DE MEIO AMBIENTE L 10083/2014 / CMAA - 27/04/2023 às 13:52:09, ELISANGELA NASCIMENTO NOGUEIRA - Gerente de Laboratório / GLAB - 27/04/2023 às 13:59:09, VALDINEI VALERIO DA SILVA - Ordenador de Despesa / GSAAS - 27/04/2023 às 15:21:51, SERGIO BÁTISTA DE FIGUEIREDO - Coordenador de Monitoramento da Água e do Ar / CMAA - 27/04/2023 às 15:34:09 e ALEX SANDRO ANTONIO MAREGA - Secretário Adjunto Executivo / GSAE - 28/04/2023 às 14:42:54.
Documento Nº: 8439608-5308 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8439608-5308>



SEMADIC202315642A



- representantes do contratado em suas dependências, desde que observadas as normas de segurança.
- d. Disponibilizar local adequado para a entrega dos produtos.
 - e. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas, inclusive quanto à continuidade da execução do objeto, que não deve ser interrompida, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pelo contratante.
 - f. Avaliar a qualidade dos produtos entregues, podendo rejeitá-los no todo ou em parte, caso estejam em desacordo com as obrigações assumidas.
 - i. Notificar o contratado sobre qualquer alteração ou possíveis irregularidades ou imperfeições observadas na execução do contrato, para reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte o produto, sanando as impropriedades.
 - g. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo contratado, desde que atinentes ao objeto da contratação.
 - h. Efetuar o pagamento ao contratado, do valor resultante do fornecimento dos produtos, no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e em Edital.
 - i. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pelo contratado, quando couber.
 - j. Inserir as informações pertinentes ao objeto contratado, no sistema SIAG-C, após firmar o Contrato e/ou emitir a Nota de Empenho, em atendimento à Lei de Acesso às Informações (Lei nº 12.527/2011, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 1.973/2013).
 - k. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

22. GARANTIA CONTRATUAL

Não haverá exigência de garantia contratual da execução, tendo em vista que tendo em vista que se trata de objeto de baixa complexidade e entrega imediata.

23. SUBCONTRATAÇÃO

É vedada a subcontratação do objeto deste contrato, tendo em vista que a contratação é por inexigibilidade de licitação.

24. MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS

A matriz de alocação de riscos será dispensada do contrato, nos termos do art. 247, §4º, I, do Decreto Estadual nº 1.525/2022, tendo em vista a natureza comum do objeto e da execução.

25. SANÇÕES

A minuta do contrato/instrumento equivalente detalhará as regras, procedimentos e parâmetros do sancionamento administrativo.





26. LEGISLAÇÃO APLICADA

- a. Lei nº 14.133/2021 e alterações – Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
- b. Lei Estadual nº 7.692/2002 - Regula o processo administrativo.
- c. Decreto Estadual nº 1.525/2022 – Regulamenta a Lei nº 14.133/2021, no âmbito da Administração Pública estadual direta, autárquica e fundacional do Estado de Mato Grosso.
- d. Lei Complementar nº 123/2006 – Normas ME e EPP.
- e. Lei Estadual Complementar nº 605/2018 – ME, EPP e MEI.
- f. Lei nº 12.690/2012 - Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho.
- g. Lei complementar nº 116/2003 - Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal.
- h. Instrução Normativa nº 1.234/2012 - Dispõe sobre a retenção de tributos nos pagamentos efetuados pelos Órgãos da Administração Pública.
- i. Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010 - Práticas de sustentabilidade ambiental.

27. ANEXOS

São partes integrantes deste Termo de Referência:

- 27.1.1. E-mail da empresa Hexis enviando a Carta de Exclusividade da empresa Hexis
- 27.1.2. Carta, assinada pela Hach Company, que declara a não comercialização de seus produtos de forma direta e que a venda dos seus produtos é realizada, no Brasil, exclusivamente, pela sua subsidiária, a empresa Hexis Científica Ltda.
- 27.1.3. E-mail da empresa Hexis enviando o Orçamento dos produtos solicitados.
- 27.1.4. Orçamento nº 4704876, de 02/02/2023
- 27.1.5. Plano de Recursos Hídricos das Unidades de Planejamento e Gerenciamento Alto Paraguai Médio e Alto Paraguai Superior - UPGs P2 e P3: proposta de Enquadramento e Programa de Efetivação

Cuiabá, 27 de abril de 2023.

Elaborado por:

Ana Cláudia D. C. Motta

Analista de Meio Ambiente

Coordenadoria de Monitoramento da Água e Ar/SEMA-MT

De acordo:

Elisângela Nascimento Nogueira

Gerência do Laboratório/SEMA-MT

Sérgio Batista de Figueiredo

Coordenadoria de Monitoramento da Água
e Ar/SEMA-MT

Termo de Referência – Produtos – Lei nº 14.133/2021
Atualização: março/2023



Assinado com senha por ANA CLAUDIA DOMINGUES CASULARI DA MOTTA - ANALISTA DE MEIO AMBIENTE L 10083/2014 / CMAA - 27/04/2023 às 13:52:09, ELISANGELA NASCIMENTO NOGUEIRA - Gerente de Laboratório / GLAB - 27/04/2023 às 13:59:09, VALDINEI VALERIO DA SILVA - Ordenador de Despesa / GSAAS - 27/04/2023 às 15:21:51, SERGIO BÁTISTA DE FIGUEIREDO - Coordenador de Monitoramento da Água e do Ar / CMAA - 27/04/2023 às 15:34:09 e ALEX SANDRO ANTONIO MAREGA - Secretário Adjunto Executivo / GSAE - 28/04/2023 às 14:42:54.
Documento Nº: 8439608-5308 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8439608-5308>



SEMADIC202315642A



TERMO DE ANÁLISE, APROVAÇÃO E AUTORIZAÇÃO

1 – ANÁLISE E APROVAÇÃO:

Analisamos e aprovamos o Termo de Referência nº 014/2023/GLAB, seus anexos e constatamos a regularidade dos autos.

Valdinei Valério da Silva

Ordenador de Despesas

Secretário Adjunto de Administração Sistêmica

GSAAS/SEMA-MT

2 – AUTORIZAÇÃO:

Analisado e aprovado o Termo de Referência nº 014/2023/GLAB, **AUTORIZO** a realização do Certame Licitatório na modalidade **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, a ser realizado na forma indicada no Termo de Referência, no processo administrativo e na legislação vigente.

Data: 27/04/2023.

Alex Sandro Antônio Marega

Secretário Adjunto Executivo

GSAE/SEMA-MT

